

Xeque-Mate

MILENE MORETO
milene@rac.com.br



Surdina

Falta pouco para que os eleitores de Campinas decidam quem comandará o Palácio dos Jequitibás e quem serão os seus representantes na Câmara. Políticos tarimbados dividem a expectativa de serem eleitos com novatos na corrida eleitoral. Mas o próximo mandato não será nada fácil para aqueles que conseguirem a vitória nas urnas. Ao contrário. O brasileiro está atento. Não tolera mais manobras, votações feitas na surdina, corrupção e outras atitudes que até então eram corriqueiras.

Caixa 2

Prova disso foi a votação do Caixa 2 na Câmara dos Deputados, que previa a anistia para políticos que cometeram o crime antes da aprovação da lei. Pegou mal. O brasileiro ficou visivelmente irritado. Questionou os deputados

que se envolveram diretamente com o tema. Na hora, a pressão dos partidos da minoria fez com que a proposta fosse retirada. Em outros tempos, ela teria sido aprovada sem grandes traumas.

a frase

Diante dos indícios de irregularidades no uso de verbas federais, imperiosa a remessa de cópia dos achados de auditoria ao Tribunal de Contas da União.



Do conselheiro do TCE-SP, Edgard Camargo Rodrigues, sobre o envio ao TCU da auditoria para apurar as possíveis irregularidades na merenda.

Quais foram?

Num passado nem tão distante, várias votações foram feitas dessa maneira na Câmara de Campinas. Projetos polêmicos entraram na pauta de última hora. Em 2011, por exemplo, parlamentares manobram para votar o aumento dos próprios salários. No texto lido no plenário na época, era impossível perceber que naquele momento eles aprovariam o reajuste.

Mudanças

O absurdo foi tamanho que, além de serem obrigados a revogar o aumento, ainda alteraram a lei para que, numa votação futura, a população consiga ao menos perceber no texto o que os vereadores votam.

Truques

As "armadilhas" para enganar o eleitor já foram muito usadas na política brasileira, mas agora saíram de moda. Ou os políticos brasileiros amadurecem, ou serão engolidos pela fúria do eleitor.

Merenda

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou uma auditoria nos contratos da Cooperativa Orgâ-

nica Agrícola Familiar com o governo do Estado de São Paulo e 22 prefeituras paulistas para fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Em alguns casos, a Secretaria Estadual da Educação pagou valor até 144% superior ao preço de mercado. É o caso do litro do suco de laranja, que custou R\$ 6,10 aos cofres do Estado. Segundo o TCE, o preço médio do produto é de R\$ 2,50.

Problema da União

O TCE-SP encaminhou as informações e dados colhidos na auditoria ao Tribunal de Contas da União (TCU). Isso porque a apuração apontou que as compras junto à cooperativa receberam, em maioria, suporte financeiro do Governo Federal através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Custo

No ano passado, 22 prefeituras pagaram, ao todo, R\$ 2,312 milhões à Coaf. Deste valor, 93,7% foram por meio de transferências e convênios com a União. A situação fica a cada dia mais complicada.

COLABOROU BRUNO BACCHETTI/AAN

Polêmicas

O governo do presidente Michel Temer ainda não superou a polêmica sobre as reformas trabalhista e previdenciária e abraçou outro problema: a reforma na Educação. A mudança feita por uma medida provisória foi considerada pelo Ministério Público Federal como "pouco democrática", ineficaz e uma solução fácil para problemas complexos. Temer e seus aliados precisam começar a discutir com transparência os passos que pretendem dar caso queiram, realmente, buscar o mínimo de estabilidade.

MATRIZ III MINERAL

Extração do gás de xisto é tema polêmico no País

Apontado como revolução energética, também é visto como poluidor

Inaê Miranda
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
inae.miranda@rac.com.br

Apontada por alguns como uma "revolução" na matriz energética e por outros como uma ameaça aos aquíferos além de outros danos ambientais, o gás de xisto, encontrado no interior de um tipo poroso de rocha sedimentar, está no centro de uma polêmica no Brasil. O gás, também conhecido como convencional ou "shale gas" — é extraído por meio de uma tecnologia chamada fraturamento hidráulico ou "fracking", que consiste na injeção, em alta pressão, de água e grãos de areias nos poços, para provocar fraturas nas rochas, liberando petróleo e gás do interior.

ANP anunciou que fará pesquisas na Bacia Sedimentar do Paraná

Em junho, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou que estava realizando uma pesquisa sísmica na Bacia Sedimentar do Paraná, que abrange municípios dos estados do Paraná e São Paulo. A Bacia Sedimentar do Paraná possui inúmeros indícios da ocorrência de petróleo e gás natural, mas ainda não possui campos produtores.

Segundo a ANP, a pesquisa tem por objetivo aumentar o conhecimento geológico e sobre o potencial petrolífero dessa bacia sedimentar. Em julho, no entanto, duas cidades paranaenses se juntaram a outras 56 cidades brasileiras que tentam barrar a tecnologia do fraturamento.

Os municípios têm a economia baseada no agronegócio e temem os riscos ambientais ligados à atividade petrolífera e à competição por fonte de água. O assunto foi um dos temas abordados no 19º Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, no Expo D. Pedro, em Campinas, encerrado na última sexta-feira. Giancarlo Lastoria, professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e membro da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), conta que a Petrobras vem estudando desde a década de 60 a possibilidade de extrair petróleo na Bacia Sedimentar do Paraná. "Essa bacia tem uma extensão de aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros quadrados. A maior parte dela está no Brasil. Nessa bacia temos tanto rochas que potencialmente poderiam ter petróleo, como o próprio Aquífero Guarani está inserido nessa bacia. E a unidade do xisto que seria outra possibilidade que hoje está se começando no mundo", explicou.

Em comunicado, a ANP informou que a pesquisa realizada não agride o meio ambiente e nem tem relação com fraturamento hidráulico ou gás não convencional ("gás de xisto").

"Eu sou favorável a gente pelo menos explorar e saber qual é a capacidade. Não sabemos se vamos ter matriz energética."

EVERTON DE OLIVEIRA
Secretário-executivo da Abas



Giancarlo Lastoria, professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: xisto já é explorado no mundo



Everton de Oliveira, secretário-executivo da Abas, defende a pesquisa sobre o gás de xisto no Brasil

A favor Uma das preocupações relacionadas à técnica é o vazamento do produto e a contaminação do solo e da água subterrânea. Especialistas defendem que, mesmo que tivessem acidentes localizados no Aquífero Guarani, a diluição seria tamanha em razão das dimensões do aquífero se comparadas à reserva de gás, infinitamente menor. A ANP diz que tem a atribuição legal de fazer estudos geológicos para aumentar o nível de conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras. É o que também defende Everton de Oliveira, secretário-executivo da Abas e coordenador do Congresso. "Existe no Brasil um grupo grande que tem interesse que a matriz energética não vá para qualquer tipo de combustível fóssil. Esse grupo usa o problema do fracking para se evitar o aumento de uso desse tipo de

combustível fóssil por um problema de emissão de CO2. Neste caso tivemos de cara uma briga grande e inicialmente houve uma solicitação da SBPC para que se desse mais tempo e fizesse mais estudos para um passo mais seguro no País", explica Oliveira. Segundo ele, a Petrobras precisaria licitar a exploração para se conhecer as reservas. "Nem isso ainda andou direito. A gente não está numa fase de produção, estamos numa fase de saber tamanho, quanto tem, onde tem, quanto custa para produzir. É isso que está na briga no início". Ele ressalta que o gás xisto tem sido uma alternativa importante e mudou o panorama geopolítico mundial, a partir do momento que os Estados Unidos passaram a ficar autossuficientes. "Então, em termos de disputa econômica é extre-

mamente importante". Ele ressalta também que não defende a exploração, mas um estudo aprofundado. "Eu sou favorável à gente pelo menos explorar e saber qual é a capacidade. Não sabemos se vamos ter matriz energética. A gente usa carvão. 17% do carvão no Brasil é infinitamente mais sujo do que o gás do fracking. Mais sujo e mais destrutivo e usamos um monte. A gente tem quer pensar com calma antes de falar não para o xisto. Não vamos produzir, mas estudar, acho que deveria sim", completou.

1,5 MILHÃO

De quilômetros quadrados é o tamanho da Bacia Sedimentar do Paraná

Associado à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)

CORREIO POPULAR

Rua 7 de Setembro, 189 - Vila Industrial - CEP 13035-350 - Campinas-SP
Telefone PABX (019) 3772-8000 - FAX (019) 3772-8144 e 3772-8142 - Endereço Internet: http://www.cpopular.com.br
Diretoria - Telefone PABX 3736-3199 - FAX (019) 3736-3101

PUBLICIDADE
Telefones: (019) 3736-3085 e 3736-3086 - Fax (019) 3736-3101 -
Tele-Correio Telefone 3736-3000 (Classificados por telefone)
Tele-Correio discagem gratuita (0800) 14-1515.

SUCURSAL DE SÃO PAULO
Rua Pedroso Alvarenga, 1.284 - 6º andar -
Bairro Itaim Bibi - CEP 04531-913 - SÃO PAULO-SP
Telefone (0xx11) 3167-1696
FAX (0xx11) 3168-0695.

REPRESENTAÇÕES:
Brasília (DF) - Consulta Consultoria e Comunicação Ltda, SHIS
QI 17 - Conj. 16 casa 5 - Lago Sul - Brasília - DF - 71.645-160
Fones:(61)3226-6462 / 3223-1327
Fax:(61) 3226-6480

Curitiba (PR) - Av. Cândido Abreu, 776 - sl 1803
Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-000
Fone/Fax (41) 3014-8887

Florianópolis (SC) - Rua Cruz e Souza, 550 - Sl 08
Pitanga - SC - CEP - 88133-430
Fones: (48) 3036-2903/3341-6203

Rio de Janeiro - Av. Graça Aranha, 145 - Grupo 902 - Castelo -
Cep 20230-003 - Fone (21) 2524-2457
Fax (21)2626-0130

ASSINATURAS:
Novas Assinaturas e
Disque-Bancas/Alimentação
ao Jornaleiro: 3736-3200/3116-3200.

Preço promocional assinatura
anual à vista.....R\$ 696,00
Preço promocional assinatura mensal.....R\$ 63,90

Consulte nossas condições especiais de pagamento.

PUBLICIDADE LEGAL:
3736.3085 e 3736.3076

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
saa@rac.com.br
WhatsApp (019) 97152-3041
3736-3200/3116-3200

O Jornal Correio Popular é produzido e comercializado por
Correio Popular S/A, em parceria com as empresas
Grande Campinas Editora e Gráfica Ltda. e Metropolitana
Comunicação, Empreendimentos e Participação Ltda.

Carga tributária PIS/COFINS - 3,65%

Noticiário nacional fornecido pelas agências Estado e Folhapress. Noticiário internacional enviado pela France Press.